



Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

INFORMATIVO SINT – UFG

ELEIÇÃO SINT-UFG 2004

COM A PARTICIPAÇÃO DE 1.364 VOTANTES FOI ELEITA A CHAPA 1 : UNIDADE PARA LUTAR, COM 725 VOTOS. A CHAPA 2: DEMOCRACIA, INDEPENDÊNCIA E LUTA OBTVEU 577 VOTOS, VOTOS NULOS 49 E 13 EM BRANCO. O PROCESSO TRANSCORREU EM OBSOLUTA TRANQUILIDADE, ESTANDO AS DUAS CHAPAS DE PARABÉNS PELA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA.

GOVERNO ENTREGA OFICIALMENTE PROPOSTA DE REAJUSTE

Ofício Circular Nº 02/ 2004/SRH/MP

Março de 2004.

À Bancada Sindical da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP

Assunto: **Cenários apresentados pela Bancada Governamental da MNNP para utilização de montante previsto no orçamento de 2004 para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos federais**

Prezado Dirigente Sindical,

Em atendimento à solicitação da Bancada Sindical, da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro do corrente, estamos enviando os cenários apresentados pela Bancada Governamental da MNNP, para a utilização do montante de R\$ 1,5 bilhões, disponíveis no orçamento de 2004 para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos federais:

Cenário "A": reajuste linear de 2,67% para todos os servidores dos três poderes da União;

Cenário "B": reajuste linear em percentual inferior a 2,67%, acrescido de aumento no valor da vantagem pecuniária para todos os servidores dos três poderes da União;

Cenário "C": reajuste linear em percentual inferior a 2,67% para todos os servidores e aumento dos valores dos pontos nas gratificações de avaliação de desempenho das maiores categorias, com redefinição do Desvio Padrão. No caso de categoria que não tenha a referida gratificação, poderia vir a ser criada uma específica.

2. Informamos ainda, que a previsão de gastos com a folha de pagamento da União em 2004, para o pagamento da remuneração de 1,8 milhões de servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas, civis e militares, é de R\$ 84,5 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões para o Poder Legislativo, R\$ 12,4 bilhões para o Poder Judiciário e R\$ 68,3 bilhões para o Poder Executivo.

Atenciosamente,

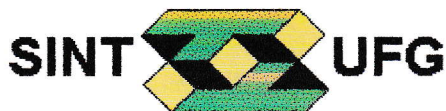
SÉRGIO E. A. MENDONÇA

Secretário de Recursos Humanos

SRH/MP

Sede Administrativa: Quinta Avenida, 1213 Setor Universitário - CEP: 74605-040 Goiânia-GO Brasil

Fone: (062) 261-4465 / 261-4205 - Fax: (062) 261-2149 - E-Mail: Sintufg@ig.com.br



Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

POSIÇÃO DA FASUBRA

A posição da Direção Nacional da FASUBRA é de reafirmar os eixos da nossa luta na Campanha Salarial, aprovada na última Plenária:

- 1) Reposição Salarial, de acordo com os índices do DIEESE;
- 2) Correção das distorções salariais;
- 3) Garantia de uma Política Salarial;
- 4) Carreira.

Avaliação e Encaminhamento

Em uma avaliação preliminar, observamos que a "Mesa Nacional de Negociação Permanente" (MNNP), em relação ao debate dos vencimentos dos servidores, possui um limite estrutural. A bancada do Governo não pode promover uma negociação ampla na medida em que está submetida à lógica da política macroeconômica do Governo. O arrocho orçamentário é derivado da busca de um superávit primário da ordem de 4,25% do PIB.

Ou seja, o espaço de negociação está viciado. É um jogo em que as cartas estão marcadas e o resultado previamente definido. Por mais boa vontade que a bancada do Governo possa ter de promover uma relação bilateral com os servidores do Estado, ela jamais poderá ser atingida e sustentada em bases negociais, enquanto estiver subordinada à política central, formulação no "núcleo duro" do Governo (Fazenda, Casa Civil e Planejamento).

Ontem (19) foram esboçados, por nossa bancada, elementos que expuseram a contradição da bancada governista. Foram apresentados dois elementos importantes: primeiro foi a necessidade de participarmos da elaboração da LDO (Lei de diretrizes Orçamentárias), e o segundo foi necessidade de suplementação orçamentária, neste ano, para a revisão geral dos vencimentos dos servidores.

Uma ação junto as nossas bases e junto à opinião pública que coloque no centro do debate público a "democratização da LDO" pode ter muita potência capaz de ampliar os estreitos limites orçamentários. Não ficariam tencionados apenas os limites que dizem respeito a revisão geral dos servidores mas também todos aqueles ligados as áreas sociais (esta luta tencionaria inclusive a revisão do PPA).

Evidentemente está política é de médio fôlego, portanto pode estar inclusa no movimento grevista, e tem como pressupostos uma boa articulação do movimento com a opinião pública (uma boa luta de posições) e um razoável nível de unidade entre os servidores (talvez aqui resida o maior desafio).

Outro ponto de debate para as nossas bases diz respeito as propostas apresentadas. Independentemente dos limites impostos pela política central do Governo, temos que nos debruçar sobre as alternativas colocadas, mesmo que elas sejam ruins..

No entanto devemos admitir que umas "fedem" menos que outras. Todos os cenários estão muito aquém dos nossos interesses. Entretanto estes cenários estão em posição diferenciadas uns dos outros quando os comparamos com os interesses imediatos das diversas categorias dos SPF's.